

Newsletter Munemassa

ARE Nº 1532603 / PR – TEMA CENTRAL: PEJOTIZAÇÃO

OBJETO:

Trata-se de discussão da terceirização, inclusive na modalidade de “pejotização”.

ÚLTIMO ANDAMENTO:

Definida a modalidade da audiência para **HÍBRIDA** (Data provável de 10/08/2025), com o comparecimento de forma presencial ou pela plataforma zoom, com os dados seguintes:

- Tópico: Audiência Pública – ARE 1.532.603 – Ministro Gilmar Mendes
- Ingressar na reunião Zoom: **clique aqui**
- Um#success | ID da reunião: 860 5625 4316 | Senha: 445707

Marcada Audiência Pública para a data provável de 10/09/2025, com horário a definir.

OBJETIVO:

O depoimento de autoridades e membros da sociedade em geral que possam contribuir com esclarecimentos técnicos, contábeis, administrativos, políticos e econômicos sobre o tema, objetivando auxiliar no julgamento da demanda. Aguarda-se despacho saneador, confirmando a data da audiência e o horário.

Newsletter

Munemassa

RE Nº 1469150/PR – TEMA CENTRAL: FORMA DE CÁLCULO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE

OBJETO:

Discute, à luz do artigo 5º da Constituição Federal e do art. 26, § 2º, III, da EC nº 103/2019, a incidência da forma de cálculo prevista no art. 26, § 2º, III, da EC 103/2019 para o pagamento de benefícios previdenciários de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença grave, contagiosa ou incurável, quando requerido após a edição da Emenda Constitucional.

ÚLTIMO ANDAMENTO:

Manifestação do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, na condição de amicus curiae, insurgindo-se contra a nova forma de cálculo em debate.

OBJETIVO:

Pendente de julgamento.

Newsletter Munemassa

**ADI Nº 7654/DF – TEMA CENTRAL: RESERVA DE 20% DAS
VAGAS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS PARA NEGROS**

OBJETO:

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada, em litisconsórcio ativo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela Rede Sustentabilidade em face dos arts. 1º, caput e § 1º, e 6º, todos da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros.

ÚLTIMO ANDAMENTO:

Manifestação da AGU sustentando a perda de objeto da ação direta em virtude da edição da Lei nº 15.142/2025, requerendo o não conhecimento da demanda.

OBJETIVO:

Pendente de julgamento.